

Glossário

Apresentamos aqui uma cópia fiel do glossário que encontra-se ao final do livro de B. Mondin¹. Trata-se de material de referência apenas. Lembramos que a perspectiva do autor é notadamente cristã. Este “olhar” recorta a realidade a partir deste mesmo prisma. De qualquer forma o glossário pode servir como uma primeira aproximação dos conceitos apresentados. A ortografia está conforme as regras anteriores ao acordo que passou a vigorar a partir de 2009.

ABSTRAÇÃO. Indica a atividade com que o intelecto (agente) obtém o conhecimento das ideias universais. O seu conhecimento segundo a teoria da abstração (elaborada inicialmente por Aristóteles e retomada na Idade Média por Tomás de Aquino) não se realiza nem por anamnese, ou seja, a recordação daquilo que a alma contemplou no Hiperurânio antes de entrar na prisão do corpo (Platão), nem por iluminação divina (Agostinho), mas através da ação do intelecto, que tira dos dados da fantasia o que é fundamental, essencial, negligenciando o que é acidental, peculiar de um fenômeno particular. Assim, por exemplo, do fantasma (imagem) desta cor (branco, verde etc.) o intelecto tira a ideia de verde.

ACIDENTE. Segundo a definição aristotélica, acidente é tudo o que acompanha a substância como algo não essencial. Ao contrário da substância, que tem um ato próprio de ser e portanto subsiste em si mesma, o acidente não dispõe de um ato de ver próprio, mas o recebe da substância à qual inere. Segundo a classificação de Aristóteles, todas as substâncias materiais são acompanhadas de nove acidentes principais: qualidade, quantidade, ação, relação, paixão, lugar, tempo, situação, revestimento.

ADMIRAÇÃO. É a atitude de estupor e de surpresa diante de algo insólito e extraordinário. Para Aristóteles, a admiração é o princípio de todo o filosofar, ao passo que para Descartes constitui a origem de todas as paixões. A admiração é uma faculdade especial do espírito humano, que se distingue tanto da inteligência quanto da vontade, e enquanto a primeira tem por objeto a verdade e a segunda a bondade das coisas, a admiração tem por objeto a beleza.

ALIENAÇÃO. Este termo deriva do latim alienado; na origem, tinha um significado jurídico e significava a venda ou a cessão a outro (alius) de alguma coisa. Entrou na literatura filosófica primeiro por mérito de Hegel, para quem indica a separação da ideia ou da Consciência de si mesma, e depois por mérito de Marx, para quem significa a expropriação do homem dos próprios direitos fundamentais, particularmente do trabalho e do seu ganho. No uso filosófico corrente, alienação significa a condição daquele que, por diferentes razões (sociais, políticas, econômicas, religiosas, metafísicas etc.), não pertence a si mesmo. É uma categoria fundamental da filosofia existencialista e personalista.

ALMA. Segundo os filólogos, deriva ou do grego anaigma (sem sangue) ou do grego ánemos (sopro, vento). O termo é universalmente empregado para significar, o princípio primeiro da vida. Os pensadores antigos e medievais costumavam distinguir três almas: vegetativa, sensitiva e racional. Segundo muitos escolásticos, no homem as três almas são formalmente distintas; segundo Tomás de Aquino, pelo contrário, dá-se no homem apenas a alma racional que desenvolve também as atividades das almas inferiores. Alma distingue-se da palavra espírito, quer enquanto contém a ideia de uma substância espiritual, quer enquanto é mais compreensiva, visto que a palavra espírito se aplica principalmente às operações intelectuais.

AMIZADE. É a inclinação afetiva recíproca entre duas pessoas. A importância filosófica deste termo deriva principalmente do papel atribuído à *philia* dos filósofos gregos (Pitágoras, Platão, Aristóteles, os epicureus e os estóicos), que fazem dela uma condição

1 MONDIN, Battista. *Introdução à filosofia*. São Paulo: Paulus, 1980.

essencial para o progresso moral e a consecução da felicidade.

AMOR. Nome comum a todas as inclinações para todo tipo de bem. Distinguem-se dois tipos fundamentais de amor: amor de concupiscência (quando tem em vista a posse da coisa amada), amor de benevolência (quando tem em vista o crescimento do ser da coisa amada). O amor é a categoria suprema da ética; esta, sendo o estudo do bem e dos principais meios para consegui-lo, deve necessariamente referir-se ao amor. O amor de concupiscência é, evidentemente, egoísta; ao passo que o amor de benevolência é essencialmente altruísta. A este se dá também o nome de caridade (ágape, em grego).

ANÁLISE. ANALÍTICO. Termo importante sobretudo na lógica aristotélica e na filosofia kantiana. A análise, ou método analítico, consiste em decompor um todo em suas partes. Para Aristóteles, Analítica é sinônimo de lógica formal, ao passo que para Kant a Analítica é o estudo das formas do intelecto, e, conseqüentemente, a Analítica transcendental é a ciência das formas a priori do intelecto. Ainda para Kant, juízo analítico é aquele no qual o predicado está contido no sujeito (enquanto juízo sintético é aquele em que o predicado não está contido no sujeito).

ANALOGIA. Em geral, significa "semelhança". Em lógica, designa tanto uma forma de raciocínio (raciocínio por analogia) como um tipo de predicação (a predicação analógica). O raciocínio por analogia distingue-se tanto da dedução como da indução, enquanto procede do particular ao particular (de um caso semelhante a outro caso semelhante), ao passo que a dedução procede do universal para o particular e, vice-versa, a indução do particular ao universal. Como forma de predicação, a analogia se distingue da univocidade e da equivocidade. Enquanto na univocidade o termo é aplicado a muitos sujeitos em sentido idêntico, e na equivocidade em sentido totalmente diverso, na analogia é aplicado em sentido parcialmente igual e parcialmente diverso. Distinguem-se três tipos principais de analogia predicativa: de atribuição, de proporcionalidade própria e de proporcionalidade metafórica. A analogia é uma categoria fundamental para a verificação da linguagem metafísica e religiosa.

ANTROPOLOGIA. É o estudo do homem (do grego anthropos = homem, logos = estudo). Dão-se três tipos principais de antropologia: cultural (ou científica), filosófica e teológica. A primeira estuda o homem com critérios científicos e se propõe a reconstruir os elementos constitutivos das culturas primitivas ou tradicionais. A antropologia filosófica busca resolver apenas com o raciocínio o enigma humano em todos os seus múltiplos aspectos: ontológico, ético, político, religioso, histórico etc. Por fim, a antropologia teológica busca obter uma compreensão aprofundada e sistemática do mistério do homem à luz da Palavra de Deus.

ARTE. Chama-se arte toda produção de beleza por parte de um ser consciente. O objeto da atividade artística (ou estética) é a beleza, como o objeto da atividade científica é a verdade, da ética a bondade, da religiosa o sagrado, da tecnológica o útil. Por isso a arte se distingue da técnica. Realizando uma obra de arte, o artista propõe-se antes de tudo dar expressão sensível à beleza (num desenho, edifício, quadro etc.). A obra de arte nunca é simples reprodução de fatos naturais. Para que haja obra de arte, é necessário originalidade, genialidade, criatividade.

ATEÍSMO. É a negação de Deus (do grego a-theòs = sem Deus). Fenômeno já conhecido na antiguidade e que adquiriu vasta difusão só depois da Revolução Francesa. Distinguem-se duas formas principais de ateísmo: teórico e prático. O primeiro é o resultado de uma especulação mais ou menos sistemática e rigorosa (e é chamado também ateísmo científico), o segundo corresponde à indiferença religiosa, e é a negligência daquilo que diz respeito a Deus na vida diária.

ATO. Categoria fundamental da metafísica aristotélica juntamente com o seu correlativo, a potência. Ato designa tudo o que é perfeição, inteireza, realização, definição, ao passo que potência indica o que é mi perfeito, incompleto, indefinido. Nas coisas materiais, o ato nunca se identifica com o próprio ser da coisa, mas apenas com a forma; ao passo que a

potência se identifica com a matéria. Por isso, ato e potência não são entes, mas princípios primeiros do ente: o ato é o princípio ativo e a potência é o princípio passivo. Aristóteles distingue dois graus de ato que chama primeiro e segundo. O primeiro é a forma substancial de uma coisa; o segundo é o exercício de uma operação. Na filosofia moderna, ato é uma categoria que diz respeito mais à ética do que à metafísica, e designa as ações realizadas por uma pessoa. Um ato tem que ser livre para que possa assumir uma conotação ética.

AUTOCONSCIÊNCIA. O termo indica a operação com a qual o homem conhece a si mesmo. Os filósofos modernos distinguem dois tipos de autoconsciência: concomitante e reflexa. A primeira verifica-se sempre: não é direta, mas indireta, não é expressa, mas tática, não é focalizada, mas opaca; realiza-se simultaneamente ao conhecimento de qualquer objeto ou evento. A segunda, reflexa, que é direta, explícita e focalizada, obtém-se quando uma pessoa concentra a atenção em si mesma, nos próprios atos, operações, faculdades; em outras palavras, sobre o próprio eu, com o objetivo de dar-se conta daquilo que é ou daquilo que faz. A autoconsciência é operação de capital importância e interessa principalmente a questões: a espiritualidade do eu e a sua identidade.

AXIOLOGIA. É o estudo filosófico dos valores (do grego axios = digno, válido e logos = estudo). É uma disciplina que deve suas origens, ao menos indiretamente, a Nietzsche com a sua dura crítica aos valores tradicionais e sua tentativa de transformá-los em valores "mundanos", terrestres. Mas o seu verdadeiro fundador é Rudolf H. Lotze (1817-1881), um contemporâneo de Nietzsche. Ele distinguia três reinos de pesquisa: reino dos fatos, reino das leis universais e reino dos valores. Os dois primeiros são estudados pela razão com o método analítico e podem ser considerados em perspectiva mecanicista; o terceiro é captado pelo sentimento e implica necessariamente uma perspectiva espiritualista. Com efeito, segundo Lotze, o fundamento último de todos os valores e o valor absoluto é o próprio Deus.

BELO. BELEZA. Designa tudo o que suscita no homem o sentimento de admiração. É o objeto da estética. Na filosofia escolástica, com frequência se coloca o belo (beleza) ao lado do uno, do verdadeiro e do bom, como quarto transcendental do ser.

BEM. Segundo a classificação de Aristóteles, o bem é tudo o que é objeto de apetição, de desejo. O bem interessa tanto à metafísica como à ética. A primeira vê o bem como uma das qualidades transcendentais do ser (juntamente com o uno, o verdadeiro e o belo). A segunda o considera como o fim ao qual o homem orienta constantemente as próprias ações.

CATEGORIA. Significa classe de predicados (ou predicamentos). Aristóteles, o primeiro a fixar sua classificação, define as categorias como ideias gerais que não são redutíveis a nenhuma outra. São dez: substância, qualidade, quantidade, ação, paixão, relação, tempo, lugar, posição e revestimento (hábito). Para Kant e a escola kantiana, as categorias são os conceitos fundamentais do intelecto puro, formas a priori do nosso conhecimento, que tornam possíveis todas as funções do pensamento discursivo.

CAUSA. É tudo o que de alguma forma contribui para a produção de alguma coisa. É de Aristóteles a clássica divisão das causas em quatro espécies: material, formal, eficiente e final. As primeiras duas designam a matéria e a forma, e por isso são chamadas causas intrínsecas, ao passo que a causa eficiente indica o agente e a causa final, o escopo pelo qual uma coisa é produzida ou uma ação é realizada. Não fazendo parte dos elementos constitutivos daquilo que é produzido, as causas agente e final são chamadas causas extrínsecas. Discutiu-se muito na filosofia moderna tanto em torno da causa agente como da final.

CIÊNCIA. Termo polivalente, cuja gama semântica vai do conhecer em geral ao conhecimento metódico mais rigoroso e sofisticado. De todo modo, geralmente se entende um conhecimento sistemático em torno de um determinado objeto, conduzido com rigor e objetividade. É um conceito essencialmente analógico, na medida em que

tanto o rigor como a objetividade variam de objeto a objeto. Graças à sua metodologia bastante precisa e à objetividade facilmente verificável na época moderna e contemporânea não só se viu na ciência experimental o tipo ideal do saber científico, mas muitas vezes identificou-se a ciência com ele sic et simpliciter (assim o iluminismo, o positivismo, o neopositivismo, o materialismo etc.). Hoje que as ambições da ciência estão sendo fortemente redimensionadas, quer quanto ao alcance quer quanto ao rigor e à objetividade, volta-se a reafirmar o valor analógico do termo "ciência".

CONCEITO. Denota um conhecimento universal, abstrato, e é praticamente sinônimo de ideia universal. As diversas escolas filosóficas diferem profundamente tanto na explicação da origem dos conceitos quanto na determinação de seu valor. Quanto à origem, Platão propõe a teoria da anamnese, da recordação; Aristóteles, a teoria da abstração; Agostinho, a teoria da iluminação, e Kant a da estrutura a priori do intelecto. Quanto ao valor, foram propostas três soluções: os conceitos não têm nenhum valor, sendo puros nomes (*flatus vocis*); têm um valor totalmente objetivo e espelham realidades subsistentes em *rerum natura*: as ideias do Hiperurânio; têm um valor parcialmente objetivo e parcialmente subjetivo: objetivo quanto ao conteúdo, subjetivo quanto à forma (a universalidade só existe na mente). A primeira é a solução dos nominalistas e dos empiristas; a segunda é a solução de Platão e dos seus discípulos; a terceira é a solução de Aristóteles, de Tomás de Aquino e de seus respectivos seguidores.

CONHECIMENTO. O termo é usado tanto para designar a atividade com que se toma conhecimento de alguma coisa, de algum objeto, como a informação adquirida através de tal atividade. No homem distinguem-se várias formas de conhecimento: em particular, o sensitivo, o imaginativo (ou fantástico) e o intelectual. O intelectual pode novamente subdividir-se em ordinário (ou comum), científico, filosófico e religioso. Os níveis cognitivos quer com relação às atividades quer com relação aos resultados estão intimamente relacionados entre si e se intercomunicam. Assim sendo, no homem, o conhecimento intelectual depende (geneticamente) do sensitivo, ao passo que por sua vez o sensitivo tende a transfigurar-se no intelectual.

CONSCIÊNCIA. É a faculdade que informa o homem sobre o bem e o mal: diz-lhe se uma ação é boa ou má, e por isso se é seu dever realizá-la ou evitá-la, e que aprova ou desaprova o que é realizado, dependendo de ser uma ação boa ou má. Mediante a consciência "não são ouvidas tanto as normas quanto, de maneira imediata, a instância ou o apelo do valor ou do desvalor, da riqueza e plenitude como atração e exigência do bem, ou como dano ou ameaça por parte do mal e das suas tristes conseqüências. A base é dada por uma receptividade, inerente ao homem, ao elemento moral, compreendida a decisão última, que com isto se dá sobre o ser-pessoa" (R. Hoffmann). Portanto, a consciência é a fonte direta e o critério imediato da eticidade de uma ação.

CORPO. Em geral, designa todo objeto material percebido pelos sentidos, isto é, todo grupo de qualidades que nós representamos como estáveis, independente de nós e colocado no espaço. Em particular, no que se refere à filosofia, indica a parte material do ser humano. Enquanto a filosofia platônica viu no corpo um elemento negativo e acidental, a aristotélica e tomista consideraram o corpo como elemento constitutivo essencial da realidade humana: para Aristóteles como para Tomás de Aquino, o homem é um conjunto de alma e corpo. Boa parte da filosofia moderna, pelo contrário, invertendo a posição platônica, pretendeu identificar o ser do homem com o seu corpo, mas desta forma ela contribuiu muito não só para uma profunda desvalorização da pessoa humana, mas também para a barbarização e embrutecimento (os alemães chamam-na precisamente *Brutalisierung*) da nossa sociedade.

COSMOLOGIA. Em filosofia, o termo é usado para aquela parte que estuda a realidade material (do grego *cosmos* = mundo e *logos* = estudo). Aristóteles deu a esta parte o nome de Física. Seu objetivo não é simples mente o de explicar a constituição fundamental dos corpos (matéria e forma), a razão de sua individualização, as condições

do seu existir (espaço e tempo), mas também a origem primeira e fim último do mundo material.

CRIAÇÃO. No sentido amplo, indica todo tipo de produção; em sentido estrito, designa a ação com que Deus tira todas as coisas do nada. Segundo a definição latina, a criação é "productio rei ex nihilo sui et subiecti": é produzir uma coisa do nada quer em relação à forma quer em relação à matéria (subiecti). Enquanto os homens em suas "criações" tiram as coisas do nada com relação à forma (com efeito, o homem só pode transformar materiais já existentes) e não com relação à matéria, é privilégio de Deus tirar as coisas da condição de total inexistência. Ensinada pela Bíblia (Gn I,1ss.), esta verdade foi retomada no plano racional pela filosofia cristã, da qual se tornou uma das doutrinas emblemáticas.

CULTURA. Dão-se três acepções principais de cultura: elitista, pedagógica e etnológica. Segundo a primeira acepção, cultura significa erudição (tem cultura quem possui muitos conhecimentos seja em geral seja num campo restrito, como a arte, a música, a filosofia etc.). De acordo com a segunda acepção, cultura significa educação: é a cultura do corpo (cultura física) ou da alma (cultura moral e espiritual), cultura dos instintos ou dos afetos etc. Desta cultura ocupa-se a pedagogia. Segundo a terceira acepção, a cultura é a forma espiritual de uma sociedade, tudo o que a une interiormente e a distingue das outras sociedades exteriormente (como faz a cultura brasileira para os brasileiros, a francesa para os franceses, a chinesa para os chineses etc.). A cultura entendida neste último sentido constitui o objeto da antropologia cultural como da filosofia da cultura.

DEDUÇÃO. É um processo raciocinativo com o qual de princípios ou proposições gerais ou universais se desce a conclusões menos universais ou particulares. A forma ideal e perfeita da dedução é o silogismo; este é um raciocínio que consta simplesmente de duas premissas e de uma conclusão. Aristóteles foi o criador da ciência da dedução, isto é, da Lógica. Kant denomina "dedução transcendental" o seu processo com que busca estabelecer quais os conceitos a priori (ou seja, as categorias) que são aplicados aos objetos da experiência nos vários tipos de juízos.

DEFINIÇÃO. Segundo Aristóteles, a definição é "o enunciado que exprime a qualidade, ou seja, a essência de uma coisa". A filosofia moderna se recusa a dar à definição um sentido tão marcante ontológico e metafísico, e por definição entende simplesmente uma operação lógica mediante a qual se determina a compreensão que caracteriza um conceito ou uma palavra.

DEUS. Por Deus em geral entende-se o ser supremo, absolutamente primeiro na ordem metafísica, moral, axiológica e religiosa. A filosofia, que tem como tarefa específica o estudo das causas últimas, deve necessariamente ocupar-se dele e sempre o fez, mas conseguindo resultados bastante discrepantes, que, contudo apresentam uma concatenação lógica impressionante: no pensamento grego, Deus é uma realidade totalmente transcendente, estranha às vicissitudes deste mundo (Platão, Aristóteles, estóicos, Plotino); no pensamento cristão, Deus é uma realidade (Pessoa) ao mesmo tempo transcendente e imanente; no pensamento moderno (Spinoza, Fichte, Hegel etc.) Deus se torna uma realidade imanente que se identifica com o mundo e com a história; no pensamento contemporâneo (pensamento ateu ou niilista de Nietzsche, Russell, Sartre e outros) Deus "morre" e deixa de ocupar lugar no mundo, na cultura e na história. A morte de Deus assinala inevitavelmente também a morte da metafísica, da moral, da axiologia, da religião e, infelizmente, como reconhece Foucault, também a morte do homem.

DEVIR. Devir significa condição de mutação, de mudança. Da realidade inegável do devir os filósofos emitiram pontos de vista contrastantes. Parmênides, partindo de uma concepção estática do ser, considera o devir de maneira totalmente negativa e o reputa uma pura ilusão. Heráclito e muitos filósofos modernos e contemporâneos, que têm uma concepção pro fundamente dinâmica do ser, tendem a resolvê-lo no devir. Mas é grave erro contrapor o devir ao ser, porque o devir não é outra coisa senão uma modalidade do

ser, modalidade que o acompanha necessariamente quando o ser se encontra, como em todos os entes finitos e criados, em condição de não-inteireza e a caminho de sua realização. Mas não é erro menos grave identificar o devir com o ser, porque se o ser é realmente mero devir, então o devir é oca ilusão, aparência inconsistente, como afirmava Parmênides.

DIALÉTICA. Este é um termo que através dos séculos adquiriu valências semânticas muito diversas. Na filosofia grega, geralmente significa a "arte do diálogo e da discussão". Na filosofia medieval, equivale à lógica formal em oposição à retórica. Kant chama dialética todos os raciocínios ilusórios e define em geral a dialética como "uma lógica da aparência". Para Hegel, a dialética é, pelo contrário, o processo de todo autêntico conhecer, enquanto a própria realidade (da ideia) envolve através de um movimento dialético, ou seja, passando da tese à antítese, para alcançar sucessivamente uma síntese que, por sua vez, constitui a tese para uma nova antítese, e assim por diante. O termo segundo o uso hegeliano foi retomado por Marx; mas este não concebe a dialética de maneira ternária (tese, antítese, síntese) e sim binária (tese, negação da tese, negação da negação, e assim por diante).

DIFERENÇA. Em geral, denota a relação de alteridade entre coisas que são idênticas sob outros aspectos. O termo desempenha um papel importante nas filosofias de Kierkegaard e Heidegger. O primeiro, com a expressão "infinita diferença qualitativa" indica a alteridade vigente entre Deus e o homem; ao passo que o segundo, com a expressão "diferença ontológica" designa a alteridade que se dá entre o Ser e os entes.

EPISTEMOLOGIA. O termo significa "estudo da consciência" (do grego epistêmê = conhecimento e logos = estudo). É usada em dois sentidos: para indicar o estudo da origem e do valor do conhecimento humano em geral (e neste sentido é sinônimo de gnosiologia ou crítica) ou para significar o estudo das ciências (físicas e humanas) dos princípios sobre os quais se fundam, dos seus critérios de verificação e de verdade, do valor dos sistemas científicos.

ESPAÇO. Na linguagem filosófica, este termo significa o lugar ou ambiente ilimitado e indefinido em que os objetos reais aparecem colocados. Este conceito foi entendido de várias maneiras pelas escolas filosóficas antigas e modernas. As soluções propostas podem ser reduzidas a três: a solução ultra-realista ou realista que vê no espaço uma realidade inteiramente objetiva subsistente em si mesma como um grande recipiente que contém todas as coisas materiais (Platão, Newton); uma ideia puramente subjetiva, uma forma a priori da sensibilidade, que põe ordem nos fenômenos materiais (Kant); uma construção mental com fundamento nas coisas (Aristóteles).

ESPERANÇA. O termo indica uma atitude fundamental do espírito humano: atitude de confiança no futuro, mais precisamente, de espera confiante em algum evento futuro. Há uma esperança humana, quando está fundada nos cálculos humanos; há uma esperança cristã ou religiosa quando está fundada na palavra de Deus, nas suas promessas, na sua graça. Geralmente negligenciada por toda a reflexão filosófica antiga e moderna, a esperança tornou-se tema fundamental nas reflexões e nos "sistemas" de Bloch (O princípio esperança), Mareei (Homo viator), Pieper (Esperança e história).

ESPÍRITO. Com este termo indica-se qualquer realidade imaterial, isto é, superior à matéria e independente dela, ao menos na ordem ontológica. Com relação ao homem, diz-se da alma em contraposição ao corpo; com relação ao universo, diz-se de Deus em contraposição ao mundo e à matéria. A palavra espírito é usada com frequência e de boa vontade também por uma cultura fortemente sensista e materialista como é a nossa. Embora negando a Deus e a todo o mundo da transcendência que — no campo ontológico — é o único mundo que efetivamente merece o nome do "espírito", a cultura leiga e, às vezes, abertamente ateia do nosso tempo, não hesita em falar com respeito de "valores espirituais", exaltar sua importância e invocar a sua reabilitação para salvar a nossa sociedade. Mas é claro que tudo isto não passa de vanilóquio se no homem ou

acima do próprio homem não existe uma dimensão, uma realidade efetivamente espiritual.

ESSÊNCIA. Este termo denota o elemento formal constitutivo de uma coisa, o elemento que a atribui a determinada espécie e, ao mesmo tempo, a separa de todas as outras espécies. Por exemplo, a racionalidade para o homem. Não basta a essência para formar o ser de uma coisa. Para isso exige-se um segundo princípio, a existência ou o ato de ser. Os dois princípios, essência e existência não são distinguíveis fisicamente, mas só metafisicamente. Segundo Tomás de Aquino, essência e existência encontram-se em relação de potência e ato: com efeito, é a existência (mais exatamente, o ato de ser, *actus essendi*) que confere atualidade a uma essência. Em Deus, essência e existência se identificam.

ESTÉTICA. Termo tirado do grego *aisthesis* (= sensação), e criado por Baumgarten como título da sua obra *Aestetica* (1750), que tinha como objeto a análise e a formação do gosto. Geralmente é empregada para denominar aquela parte da filosofia que se ocupa da arte: de sua natureza, princípios, funções e distinção das outras atividades do espírito.

ÉTICA. Do grego *ethos* = costume. É a ciência que tem por objeto o fim da vida humana e os meios para alcançá-lo. Historicamente, a palavra ética foi aplicada à moral sob todas as suas formas, quer como ciência do comportamento efetivo dos homens, quer como arte de guiar o comportamento. Propriamente a ética deveria ocupar-se do bem como valor primário a ser assumido pela liberdade como guia das próprias escolhas.

EXISTÊNCIA. Na linguagem mais comum, o termo denota simplesmente o fato de que alguma coisa existe. Em filosofia, adquiriu valências semânticas mais precisas, sobretudo no pensamento de Tomás de Aquino e de Heidegger. Para Tomás de Aquino, a existência (mais especificamente, o *actus essendi*, o ato do ser) é o que dá atualidade a uma essência, e com a essência constitui os dois princípios ontológicos primários e primeiros de qualquer ente. Para Heidegger, a existência é a propriedade do homem de não estar fechado dentro de sua essência, mas de encontrar-se fora de si (*ex-sistere*), encaminhado em direção às próprias possibilidades.

EXPERIÊNCIA. Termo que junto aos filósofos modernos adquiriu valências semânticas muito diferentes e divergentes. Para os filósofos, ingleses, a experiência identifica-se com o conhecimento sensitivo e representa a expressão máxima do saber humano (e conseqüentemente toma-se critério de verdade e verificação para qualquer outra forma de saber). Por esse motivo, nega-se valor cognitivo a tudo o que não é redutível à experiência. Esta acepção redutiva do termo, compartilhada também pelos positivistas, neopositivistas e marxistas, é rejeitada pelos outros filósofos, para os quais merece o nome de experiência tudo o que o homem está em condições de apreender através dos múltiplos canais perceptivos de que dispõe.

FÉ. Em geral, entende-se a disposição do crente a abandonar-se confiantemente nas mãos de Deus e a aceitar humildemente a sua palavra. De maneira mais restrita e um tanto intelectualista, a fé é definida como assentimento da mente a qualquer verdade revelada por Deus e proposta pela Igreja como tal, e aceita não por força de sua evidência intrínseca, mas com base na autoridade de Deus, que não engana e nem pode enganar. Como diz santo Agostinho, a fé consiste em crer, em aceitar o que não é manifesto à razão. O seu objeto próprio são os mistérios.

FELICIDADE. É a condição de completa satisfação de todas as próprias aspirações, sobretudo daquelas que mais facilitam a plena realização do próprio projeto de humanidade. De acordo com os vários projetos de humanidade propostos pelos filósofos (herói, filósofo, hedonista, santo etc.), a felicidade foi colocada na força, na contemplação, no prazer, na união beatífica com Deus etc.

FENÔMENO. Do grego *phainomenai* = aparecer. O termo é usado, sobretudo por Kant, Hegel e Husserl e por seus seguidores, com diferentes valências semânticas. Para Kant, o fenômeno é o objeto do nosso conhecer, um objeto que sendo síntese de um contributo

subjetivo (as formas e as categorias) e de um objetivo (os estímulos produzidos pelas coisas sobre os nossos sentidos) é nitidamente diferente das coisas que em si mesmas permanecem incognoscíveis (noumenon). Para Hegel os fenômenos são as manifestações do Espírito na história. Para Husserl, fenômeno é o aparecer efetivo das coisas à nossa consciência; por este motivo, para Husserl estudar os fenômenos é estudar as próprias coisas na sua forma eidética, ou seja, nas formas que assumem na consciência.

FENOMENOLOGIA. É o estudo dos fenômenos. Este estudo é concebido de maneira diferente por Kant, Hegel e Husserl, graças à sua diferente maneira de conceber o fenômeno. Ver supra FENÔMENO. Foi Husserl quem fez uma exposição sistemática e rigorosa do método fenomenológico com a introdução dos princípios da epoché, da redução eidética e da redução transcendental. O primeiro postula a colocação entre parênteses de todo conhecimento prévio em torno do fenômeno estudado; o segundo exige que se estude o objeto enquanto conhecido (enquanto ideia); o terceiro prescreve que se reconduza o fenômeno e a ideia à consciência, como fonte última de toda intencionalidade. Aplicando o princípio da epoché e o da redução eidética, "afirmamos e fixamos numa ideação adequada as essências puras que nos interessam. Os fatos singulares e o caráter fictício do mundo natural desaparecem do nosso olhar teórico, como sempre, quando realizamos uma pesquisa eidética" (Husserl).

FIDEÍSMO. É um sistema de pensamento que exagera a função da fé no conhecimento das verdades que interessam à metafísica e à religião. Tendências fideístas sempre estiveram presentes na Igreja: na antiguidade com Taciano e Tertuliano, na Idade Média com Pedro Damiano e Occam, na época moderna com Lutero e Pascal. Mas o fideísmo só foi formalmente teorizado no século passado pelos tradicionalistas (Lammenais, Bautain). Para se oporem ao racionalismo e ao iluminismo alastrantes, esses caíram no erro oposto de mortificar demasiadamente a razão, negando-lhe qualquer poder no que se refere ao mundo da transcendência. Inspirando-se no agnosticismo kantiano, os fideístas sustentavam que a razão não pode conhecer nem a existência de Deus nem a imortalidade da alma.

FILOSOFIA. Do grego philosophia = amigo da sabedoria. Com este termo entende-se uma forma de saber que se distingue daquele comum porque é sistemático e rigoroso, e daquele científico porque é exaustivo, com total abrangência inclusiva e explicativa. Entre as inúmeras definições que foram dadas da filosofia é digna de particular menção a dos estóicos: "A filosofia é ciência das coisas humanas e divinas e de suas causas". Tudo é suscetível de investigação filosófica; por esta razão dá-se uma filosofia do homem, uma filosofia do mundo, uma filosofia da arte, da religião, da história, da cultura, do esporte, da técnica, do trabalho, do direito etc. Mas são terreno privilegiado e também objetivo principal da filosofia os problemas últimos: a origem das coisas, o sentido da história, o valor do conhecimento, a causa do mal etc. Mesmo não tendo a presunção de obter uma solução apodítica destes problemas, a filosofia nunca deixou de estudá-los nem poderá jamais desistir deste empenho.

FORMA. É um dos termos fundamentais da metafísica aristotélica, onde designa "a essência de cada coisa e a substância primeira", ou "o ato primeiro de um corpo". Segundo Aristóteles, todas as coisas materiais são constituídas de dois princípios fundamentais: a matéria, que é o princípio passivo, e a forma, que é o princípio ativo (daqui a definição: "ato primeiro de um corpo"). Na filosofia moderna, o termo forma as sumiu um significado menos técnico e tornou-se sinônimo de figura também de estrutura.

HERMENÊUTICA. Do grego ermeneuein = interpretar. É a teoria geral da interpretação. Na linguagem eclesial tradicional, este termo indicava aquela disciplina teológica que fixa as regras e os métodos para a reta interpretação da Bíblia. Atualmente, graças ao desenvolvimento da orientação filosófica chamada nova hermenêutica (Gadamer, Ricoeur), o termo hermenêutica adquiriu um significado mais amplo e profundo e indica

uma perspectiva de pensamento que atribui tanto à filosofia como à teologia a tarefa de interpretar, porque o próprio homem é um ser que vive na pré-compreensão e na interpretação das coisas e da história.

HISTÓRIA. É o conjunto dos eventos cujo autor principal é o homem. Analogicamente, o termo se aplica também à natureza e por isso se fala também de história natural. A história, no sentido já aludido, é um conceito essencialmente bíblico e cristão, desconhecido da filosofia grega, embora como seqüência de eventos o conceito já esteja presente nos narradores gregos (Tucídides, Heródoto). Sobre a natureza, sentido, periodização da história e sobre a consciência histórica a reflexão filosófica só se centrou na época moderna a partir de Vico, dando lugar a três soluções principais: cristã (que nos eventos humanos faz intervir também a Providência divina), idealista (que faz da história uma manifestação direta do Espírito Absoluto), ateia, que exclui totalmente a Deus do processo histórico que passa a ser considerado exclusivamente uma obra do homem.

HUMANISMO. Este termo é usado quer como nome próprio quer como nome comum. No primeiro caso, indica aquele movimento espiritual representado pelos "humanistas" do Renascimento (Ficino, Valia, Pico della Mirandola, Erasmo e outros) e caracterizado pelo esforço de elevar a dignidade do espírito humano e de revalorizá-lo apelando para a antiguidade clássica grega e romana. Como nome comum, significa qualquer doutrina que exprime e sublinha o valor do homem. Isto pode ser feito absolutizando o valor do homem com a exclusão de Deus, e então se fala de humanismo ateu, ou afirmando o valor do homem de forma conjugada e subordinada ao valor de Deus, e então se fala de humanismo religioso e cristão.

IDEIA. Em sentido genérico, significa qualquer representação da mente. Em particular: em Platão indica realidades, modelos universais subsistentes no Hiperurânio, que a alma contemplou antes de cair na prisão do corpo. Para Kant, a ideia é uma construção da razão com que esta procura realizar a unificação suprema e conclusiva dos vários horizontes da experiência: do mundo, do Eu e de Deus. Para Hegel, a ideia é a realidade suprema de que deriva toda realidade.

IDEOLOGIA. Do grego idea = ideia e logos = estudo; por isso, etimologicamente, o termo significa estudo das ideias, e alguns autores o usaram neste sentido. Mas o sentido que este termo adquiriu a partir de Marx é de "uma interpretação do mundo, do homem, da sociedade e da história, voltada para o poder", mais precisamente, no sentido marxista à conservação do poder por parte da classe dominante. Segundo Marx a ideologia é a superestrutura conceitual com que a classe dominante justifica e mantém a estrutura econômica vigente.

ILUMINISMO. Ver ESCOLA ILUMINISTA (Segunda Parte).

IMAGEM. No seu núcleo semântico fundamental, este termo designa a propriedade de uma coisa representar outra coisa, reproduzindo-a de maneira mais ou menos fiel. O conceito de "imagem" reveste-se de importância capital em todas as filosofias exemplaristas; estas concebem as coisas deste mundo como, imitações ou de realidades arquetípicas subsistentes em si mesmas (Platão), ou de ideias eternas presentes na mente divina (Agostinho, Boa ventura). Uma importante aplicação do conceito de "imago" foi realizada pela filosofia cristã no estudo do homem, quando o considerou como "imago Dei", imagem de Deus: uma imagem que o próprio Deus imprimiu no rosto do homem no momento da criação e que posteriormente o homem deturpou com o pecado, mas nunca perdeu inteiramente.

IMORTALIDADE. Negativamente, o termo significa ausência da morte; positivamente, qualifica a condição de vida perene da alma e da pessoa humana também depois do trágico evento da morte. Ocuparam-se e preocuparam-se com a sorte do homem depois da morte filósofos de todas as eras e de todas as tendências, tomando, contudo posições antitéticas: alguns a consideram o maior de todos os problemas (Sócrates, Platão, Agostinho, Pascal e outros); outros a consideram problema fictício (Wittgenstein, Carnap)

ou sem interesse (Spinoza); alguns a consideram um problema solúvel (Platão, Tomás, Descartes), outros insolúvel (Occam, Hume, Kant); alguns afirmam que a pessoa humana, ou pelo menos a alma, é imortal (Sócrates, Platão, Plotino, Agostinho, Boaventura, Descartes, Leibniz, Kant e outros); outros, pelo contrário, sustentam que no homem não há nada de imortal (Marx, Nietzsche, Sartre e outros). Mas não há dúvida de que por mais dificuldades que a razão encontre para elaborar argumentações apropriadas para sustentar a tese da imortalidade da alma e da pessoa humana na sua inteireza, a aspiração à sobrevivência está profundamente inscrita no coração de todos, e este já é um indício claro a favor da verdade da tese da imortalidade.

INDUÇÃO. É uma forma de raciocínio com o qual, partindo de casos particulares suficientemente documentados e enumerados, se obtém uma conclusão ou lei universal. É o processo próprio da ciência experimental. Ao contrário da dedução, que obtém sempre conclusões apodíticas (parte de premissas certas), a indução (não podendo jamais efetuar uma enumeração completa dos casos particulares) só pode alcançar conclusões prováveis. As regras do processo indutivo foram estabelecidas por Bacon e aperfeiçoadas por Mill.

INTELECTO. Do latim *intus-legere* — ler dentro. Na filosofia aristotélica, escolástica e também em grande parte da moderna, até Kant, este termo designa a faculdade de todo conhecimento universal (ao passo que a fantasia e os sentidos são as faculdades dos conhecimentos particulares). À sua atividade pertencem a abstração das ideias, os juízos, os raciocínios. É também função do intelecto o conhecimento dos primeiros princípios. Para explicar a abstração das ideias, Aristóteles e os seus seguidores distinguiram dois intelectos: intelecto agente e paciente (ou passivo e também possível). O primeiro ilumina os fantasmas (isto é, as imagens da fantasia) e desse modo capta o núcleo essencial, isto é, as ideias; o segundo recolhe e conserva a ideia elaborada pelo intelecto agente. Na filosofia kantiana e pós-kantiana, a palavra intelecto é reservada à faculdade do juízo; ao passo que a tarefa de formular os raciocínios é confiada à razão. A distinção kantiana deu origem a um uso diferente, que consiste em atribuir à razão o conhecimento do eterno e do absoluto, ao passo que o intelecto se exerce sobre aquilo que é dado empiricamente.

INTENCIONALIDADE. É a propriedade que o conhecimento tem de enviar, de remeter a algo distinto de si, e portanto de não estar encerrado em si e sobre si mesmo. É uma propriedade reconhecida por todos os filósofos que concebem o conhecimento como representação de objetos e não como criação dos próprios objetos. Já afirmada por Aristóteles, por Tomás e muitos outros autores (incluídos os empiristas ingleses), foi negligenciada por muitos filósofos modernos, e abertamente negada pelos idealistas e psicologistas. Foi novamente reconhecida e fortemente defendida por Brentano, Husserl e pela escola fenomenológica.

JOGO. Com este termo entende-se uma atividade tendente à distração, ao divertimento, à alegria, à realização de si mesmo. O jogo é uma atividade típica do homem. Este inventa jogos e se diverte como nenhum animal sabe fazer. Por isso ele é chamado *homo ludens*. Sobre o peso axiológico (isto é, sobre o valor) do jogo os filósofos assumiram duas posições antitéticas. Muitos (os platônicos, os maniqueus, os jansenistas) viram no jogo uma sedução do espírito, uma falta de controle de si mesmo e, por isso, procuraram limitar ao máximo o seu exercício. Mas a maior parte dos estudiosos atribui ao jogo um valor notável enquanto julga que esta atividade permite à mente distrair-se e ao corpo relaxar-se, e conservar-se em boas condições de saúde. Alguns filósofos (Nietzsche, Fink) viram no jogo o "símbolo do mundo" e o adotaram como categoria fundamental para estudá-lo e compreendê-lo.

JUÍZO. Uma das principais operações do intelecto. Consiste em estabelecer uma relação de identidade ou de exclusão entre dois termos. Dá-se juízo afirmativo no primeiro caso, negativo no segundo. Só ao juízo compete a prerrogativa de ser verdadeiro ou falso; porque é no juízo que a mente toma posição diante da realidade: quando a posição da

mente está de acordo com as coisas, o juízo é verdadeiro; quando está em desacordo, o juízo é falso.

JUSTIÇA. É uma virtude moral diretamente relacionada com a vontade e a inclina a dar a cada um o que é seu. Distinguem-se três tipos principais de justiça: distributiva, comutativa e legal. Na primeira, o ônus de dar a cada um o que é seu cabe ao Estado em relação aos cidadãos; na segunda, o ônus cabe aos cidadãos em suas relações recíprocas; na terceira, o ônus cabe aos cidadãos em suas relações com o Estado. Entre as quatro virtudes cardiais (prudência, justiça, fortaleza, temperança), como ensina Aristóteles, a justiça tem o primado: enquanto as outras virtudes se referem no bem do indivíduo em si mesmo, a justiça está voltada para o bem comum que transcende o bem particular.

LEI. De modo geral, o termo significa qualquer tipo de norma ou de comportamento regular e se aplica a uma infinidade de campos: à física, à matemática, à lógica, à moral, ao direito, ao indivíduo, à sociedade etc. E assim se fala de leis físicas, morais, sociais, econômicas etc. São de grande interesse para a filosofia as leis morais e as leis lógicas (do pensamento). Em ambos os casos, discute-se se trata de leis naturais (ditadas pela realidade e a própria necessidade das coisas) ou convencionais (excogitadas pela vida humana associada: para tornar possível a comunicação das ideias existiriam as lógicas, e para tornar possível a convivência social, as éticas). Mas a tese convencionalista não consegue explicar como certas leis lógicas e éticas fundamentais são compartilhadas por todos os povos da terra, independentemente de seu nível cultural.

LIBERDADE. Este termo denota a propriedade própria e exclusiva que o homem tem de ser senhor dos próprios atos e, portanto, responsável pelas próprias ações. Propriedade singularíssima, a liberdade deu lugar a inúmeras e intrincadíssimas questões. Antes de mais, surge a questão de sua existência: como se pode admitir que o homem é livre se tudo no mundo está sujeito às leis da natureza (determinismo físico) ou à vontade de Deus (determinismo teológico)? Mas, mesmo admitindo que nem Deus nem a natureza criam obstáculos ao reino da liberdade, individualmente o homem é realmente livre se suas decisões sofrem tantos condicionamentos políticos, econômicos, culturais, sociais, psicológicos etc.? Ademais, em que consiste precisamente a liberdade: é uma função da razão, da vontade, ou de ambas? Para todas estas e muitas outras questões referentes à liberdade, a história da filosofia ofereceu as soluções mais divergentes e contraditórias. Contudo, embora entre os filósofos a discórdia reine soberanamente, ao menos num ponto existe o consenso quase universal: a liberdade é o maior título de nobreza de que o homem é dotado, e por isso constitui também o seu primeiro direito, direito sagrado e inviolável.

LINGUAGEM. O termo denota a capacidade que o homem tem de se comunicar com os próprios semelhantes através de sinais convencionais. Os sinais convencionais são as palavras, ditas ou escritas. Um determinado sistema de sinais com regras precisas de pronúncia, gramática e sintaxe chama-se língua. Como o pensamento e o trabalho, a linguagem é faculdade própria, característica e exclusiva do homem e, no campo genético, é o fator primário da cultura. Esta é sempre um produto social (ver supra CULTURA), mais precisamente de um grupo social; este só pode iniciar a construção de seu edifício cultural depois de criar uma língua. Alguns problemas relativos à linguagem foram enfrentados também pelos filósofos antigos, medievais e modernos (quase sempre no campo da lógica); mas é mérito dos filósofos contemporâneos (neopositivistas, analistas, estruturalistas) o ter levado a questão lingüística ao primeiro plano; contudo, estes filósofos com frequência exageraram sua importância, pretendendo resolver problemas metafísicos, éticos, gnosiológicos apenas com a análise lingüística.

LÓGICA. Este termo indica "a arte de bem raciocinar"; mais exatamente, é aquela parte preliminar da filosofia que estuda e, ao mesmo tempo, prescreve as leis do pensamento, em todas as suas fases: formação das ideias, divisão, definição, juízo, raciocínio,

construção das sínteses científicas. Na sua parte essencial, já se encontra perfeitamente construída por Aristóteles no Organon; mas recebeu contributos significativos dos lógicos contemporâneos que tentaram formalizar procedimentos indutivos e dedutivos mais vastos e mais complexos do que aqueles previstos pela lógica aristotélica. Normalmente se dá o nome de logística a esta extensão da lógica.

MATÉRIA. Segundo o significado mais comum, matéria exprime todo o conjunto dos corpos extensos. No significado técnico de origem aristotélica e escolástica, denota aquilo que num ser representa o elemento potencial, indeterminado, em oposição à forma que representa o elemento da determinação e atuação. No uso moderno, matéria opõe-se tanto a forma como a espírito.

METAFÍSICA. Do grego meta tá physiká = depois da física. O termo teve uma origem casual. Foi uma expressão que Andrônico de Rodes, o primeiro a cuidar da edição das obras de Aristóteles, empregou quando disse a seu escravo que fosse buscar em seu escritório aquele grupinho de fascículos que estavam colocados depois da obra intitulada Física. Com efeito, além de se encontrar depois da Física, aquele grupinho de fascículos tratava precisamente de questões metafísicas, isto é, que transcendem a ordem do espaço e do tempo e, portanto, do mundo físico e histórico. Aristóteles define a metafísica como ciência das causas últimas, dos princípios supremos, ou também "ciência do ente enquanto ente e daquilo que o acompanha necessariamente". Núcleo principal e fundamental da filosofia, a metafísica constrói-se com base em intuições geniais e corajosas especulações. Baseia-se no raciocínio puro; por isso só pode ser cultivada em épocas em que a humanidade alimenta confiança na razão. Pelo contrário, ela é posta de lado e rejeitada quando a humanidade se torna cética nas forças da razão, e só considera verdadeiro o que é suscetível de verificação experimental. Rainha de todas as ciências desde Parmênides até Kant, a metafísica foi relegada no ostracismo pelos filósofos do Oitocentos e do Novecentos. Mas em nossos dias muitos voltam a considerar a metafísica como imprescindível: como vanguarda das ciências, com seus procedimentos diferentes e menos rigorosos ela antecipa as soluções mais iluminadoras e significativas (Popper, Monod) e é a única forma de saber racional em condições de enfrentar as questões que ultrapassam o horizonte da ciência, questões como: o valor do conhecimento, o sentido da história, a origem do mundo, a sobrevivência do homem depois da morte etc.

MÉTODO. Este termo designa todo procedimento preciso, rigoroso, sistemático na realização de um determinado estudo. Segundo as várias disciplinas distinguem-se vários métodos: filosófico, científico, pedagógico, fenomenológico, transcendental etc. A questão metodológica assume grande importância no início da época moderna; nos primeiros alvares da ciência constituiu um dos temas principais da filosofia daquela época. Dele se ocuparam Bacon, Gamei, Descartes, Viço, Spinoza, Hume e outros. Naquela época distinguiam-se e contrapunham-se o método dedutivo e o método indutivo. Os epistemólogos contemporâneos consideram esta questão superada e ensinam que na elaboração dos sistemas científicos sempre se aplica o método dedutivo (Popper, Quine, Bachelard, Tonini e outros).

MITO. Em geral, significa uma representação fantástica de personagens inexistentes ou de eventos que nunca aconteceram. Sobre o valor do mito, que desempenha um papel fundamental em todas as culturas tradicionais e também na primeira filosofia grega, dão-se duas interpretações contrastantes, uma positiva outro negativa. Segundo a interpretação negativa, o mito é pura criação de uma humanidade ingênua, infantil, imatura, privada de categorias lógicas, que de forma mais ou menos instintivas falsifica a realidade e a história (é a interpretação racionalista e iluminista do mito). Segundo a interpretação positiva, pelo contrário, os mitos são a metafísica dos povos antigos. Quem sustenta esta tese julga poder distinguir dois tipos de metafísica: uma mito-metafísica, que elabora uma explicação da realidade com a fantasia e depois a exprime em termos fantásticos, míticos, e uma lógico-metafísica, que elabora uma explicação da realidade

com a razão, e, portanto, formula sua explicação através de conceitos. Esta tese, já formulada por Vico, foi retomada por vários estudiosos do nosso tempo (Eliade, Heidegger, Ricoeur etc.).

MONOTEÍSMO. Do grego monos = só e theós =Deus. É a doutrina que ensina que há um só Deus. A primeira religião que chegou a esta verdade foi a hebraica. Hoje existem três religiões monoteístas: islamismo, hebraísmo, cristianismo. Além disto, o cristianismo tem uma concepção monoteísta totalmente singular enquanto afirma, ao mesmo tempo, que Deus é único quanto à essência, ao passo que é trino quanto às pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo.

MORTE. É a dissolução de um organismo vivo, em razão do desaparecimento daquela força singularíssima que o mantém fortemente unido que é a vida. Portanto, a questão da morte está estreitamente relacionada com a da vida. A solução de uma vale também como solução da outra. Evidentemente, a morte (como também a vida) interessa ao homem antes de tudo e sobretudo na medida que o toca diretamente, na primeira pessoa; ou seja, enquanto produz a dissolução do próprio corpo. Para ele, a questão se coloca nestes termos: a dissolução do corpo é também dissolução do seu verdadeiro ser ou, pelo contrário, o homem possui um Eu que não pode ser alcançado pela foice da morte? O problema tem dois aspectos principais: um metafísico e outro gnosiológico. O aspecto metafísico procura esclarecer de que coisa é essencialmente constituído o homem: é feito só de matéria ou também de espírito? E em que relação se encontra o espírito com a matéria? O corpo é prisão da alma (Platão), instrumento da alma (Agostinho, Descartes), componente essencial mas subordinado à alma (Tomás) ou em alguma outra relação? O aspecto gnosiológico preocupa-se em verificar se questões como esta, da natureza profunda do ser do homem e da sua possível sobrevivência depois da morte são questões ao alcance da razão humana ou enigmas insolúveis. De todo modo, uma coisa é certa: mesmo para aquele que aceita a metafísica e crê na sobrevivência do ser do homem depois da morte, esta permanece sempre um *mysterium tremendum*.

MOVIMENTO. Ver DEVIR.

NADA. Designa o que não existe quer em sentido absoluto quer com inferência a alguma determinação particular. Assim se distingue um nada absoluto (negação completa de qualquer realidade) e um nada relativo (que é aquele próprio da matéria com relação à forma, ou da potência com relação ao ato). Quando na criação se fala de produção "do nada", compreende-se tanto o absoluto quanto o relativo. Kant distingue um nada "negativo" (*nihil negativum*) que se dá quando se formulam conceitos absurdos, contraditórios, e um nada "privativo" (*nihil privativum*), que é a ausência de determinada qualidade. Sartre atribui ao homem, à consciência, o poder de inventar o nada: "O homem é o ser pelo qual o nada vem ao mundo".

NATURALISMO. Em filosofia, este termo designa aquela doutrina segundo a qual nada existe fora da natureza, isto é, nada que não se reduza a uma concatenação de fatos semelhantes aos que registramos na nossa experiência.

NATUREZA. No sentido mais comum, este termo designa todo o conjunto do mundo físico, antes e independentemente da intervenção do homem (CULTURA). Em sentido mais técnico, na filosofia escolástica indica a própria ausência de uma coisa enquanto princípio de operações. Para Spinoza, Natureza é o universo inteiro; por isso ele distingue uma *natura naturans* (uma natureza gerante) que é Deus, e uma *natura naturata* (natureza gerada) que são todas as outras coisas. Na filosofia idealista alemã, natureza é contraposta a Espírito, e assim a filosofia é dividida em dois grandes ramos: filosofia da Natureza e filosofia do Espírito.

ONTOLOGIA. O termo significa o estudo do ser (do grego *logos* = estudo e *on* = ser), e denomina a parte principal da metafísica: a que se refere ao estudo do ser em geral e de todas as suas propriedades transcendentais: unidade, bondade, verdade, beleza, valor. É a disciplina fundamental enquanto enfrenta o problema de todos os problemas, o principal

problema da investigação filosófica. É disciplina importante também para a teologia porque a inteligência da fé (que é o objetivo da teologia) se realiza em seu nível máximo, quando se recorre ao grau mais alto de inteligibilidade, e este é precisamente o ontológico ou metafísico.

PAIXÃO. Em geral, significa uma inclinação veemente, um sentimento forte, prepotente, dificilmente controlável. Apesar de certa conotação negativa do termo, a paixão pode ser boa ou má: é boa se está voltada para um escopo, um objeto moralmente bom; caso contrário, é má. As paixões constituíram tema de estudo por parte de muitíssimos filósofos, particularmente de Aristóteles, Tomás de Aquino, Descartes, Spinoza, Hume, Kant, Schopenhauer, Nietzsche, Heidegger, Ricoeur e Sartre, que têm diferentes maneiras de classificá-las e considerá-las.

PAZ. A paz é aquela *tranquillitas ordinis* (ordem tranqüila) de que goza uma sociedade quando tudo funciona bem no seu interior e não teme perigos externos. Portanto, são duas as principais expressões da paz: a internacional e a social. A primeira diz respeito às relações de um estado com os outros estados, ao passo que a segunda diz respeito às relações entre as classes e os indivíduos de um mesmo estado (nação).

PEDAGOGIA. É a ciência da educação. Do grego *país* = criança, *agogia* = guia. Cultivada com grande empenho desde a antiguidade grega (particularmente por Platão, Aristóteles e os estóicos), sofreu profundas transformações por obra da filosofia cristã, do pensamento humanista e do pensamento moderno. Com efeito, a concepção que se tem da pedagogia depende da concepção que se tem do homem e do seu destino. A pedagogia é uma teoria prática, isto é, "uma teoria que tem por objeto refletir sobre os sistemas e sobre os procedimentos de educação com a finalidade de avaliar seu valor, iluminando e dirigindo assim a ação dos educadores" (Lalande).

PENSAMENTO. Comumente, diz-se de todos os fatos cognitivos, em oposição aos sentimentos e às volições. No significado mais próprio, pensamento diz-se do intelecto e da razão enquanto realizam a compreensão de análise, explicação, cálculo. É neste sentido que deve ser tomada a conhecida qualquer coisa. Neste sentido, pensamento se contrapõe à mera abstração, sentença heideggeriana: "A ciência não pensa".

PERSPECTIVA. É o ponto de vista que se assume ao ver, considerar ou estudar uma coisa. A filosofia contemporânea vê em todos os conhecimentos humanos, incluídos os sistemas científicos e filosóficos, simplesmente perspectivas mais ou menos amplas; desse modo, rejeita toda forma de totalismo, ou seja, de visão e explicação total, completa, exhaustiva e perfeita da realidade.

PESSOA. Na origem, o termo significa simplesmente máscara. Posteriormente, os autores cristãos usaram este termo para definir a singularidade e a nobreza de cada um dos expoentes da espécie humana. Assim Boécio pôde definir a pessoa como "*rationalis naturae individua substantia incommunicabilis*" (uma substância individual e incomunicável de natureza racional). Para os medievais, o fundamento da pessoa é o ser, mais exatamente, a posse de um ato próprio de ser; para os modernos, pelo contrário, o fundamento é a autoconsciência, ao passo que para os contemporâneos o fundamento é a interobjetividade ou a autotranscendência. Em todas estas teses há algo de verdadeiro, e por isso como definição adequada da pessoa pode-se propor a seguinte: um ser subsistente dotado de autoconsciência, intersubjetividade e autotranscendência.

POLÍTICA. É o estudo dos fatos políticos, isto é, dos fatos referentes ao Estado e ao governo, em oposição aos fatos econômicos, culturais e sociais. A filosofia política estuda principalmente a questão da origem do Estado, a sua estruturação e a sua melhor forma, a questão das relações entre o Estado, as classes sociais, os partidos e as pessoas individuais, a questão das relações entre política e moral, política e cultura, política e religião etc. Com efeito, todos estes problemas foram enfrentados por filósofos no decurso dos séculos a partir de Platão e Aristóteles.

POTÊNCIA. No seu significado mais comum, indica a capacidade e a habilidade de

realizar algum fato, alguma ação. Portanto, denota a ideia de atividade e eficácia. Na metafísica aristotélica e escolástica, potência opõe-se a ato e significa a condição de passividade, de possibilidade de ser produzido daquilo que ainda não está realizado. Todas as coisas finitas são constituídas de ato e potência; somente Deus é ato puro. Mas os mesmos escolásticos, apelando para Aristóteles, distinguem esta potência, que chamavam passiva, de outra potência que chamavam ativa. Esta última denota a posse da capacidade de realizar alguma coisa. É neste sentido que as faculdades da alma são chamadas potências.

PRÁXIS. Do grego praxis = ação. Conceito-chave da filosofia marxista, para a qual somente a práxis é critério de validade e verdade. Por isso um sistema de pensamento é bom enquanto se revela eficaz na práxis, no mundo da ação política, econômica, social, cultural.

PREDICAVEL. É o que pode ser predicado de alguma coisa. Mais exatamente, na filosofia aristotélica e escolástica chamam-se predicáveis os cinco grandes modos de predicar alguma coisa de um sujeito: o gênero, a espécie, a diferença, o próprio e o acidente.

PREDICAMENTO. Ver CATEGORIA.

PRINCÍPIO. Em geral, significa espaço, ponto de partida, fundamento. É um dos termos mais frequentes na linguagem filosófica, dado que a filosofia por definição se ocupa dos primeiros princípios em toda ordem de coisas, e portanto dos primeiros princípios do ser, do conhecer, do agir, do fazer etc. Em todos os casos trata-se de estabelecer quais são os primeiros princípios, se são cognoscíveis e que valor têm.

PROBLEMA. Diz-se daquilo que é tema de discussão e de investigação. Estudar e resolver os problemas, isto é, as questões abertas, é tarefa tanto da ciência (Popper) como da filosofia. Tarefa específica da filosofia é enfrentar e resolver "os problemas últimos" (cf. FILOSOFIA e METAFÍSICA).

PROVA. Operação mental com a qual se busca estabelecer a verdade de uma asserção ou a validade de uma tese. Normalmente trata-se de alguma forma de raciocínio (indutivo ou dedutivo), mas pode tratar-se também de simples ostensão dos fatos, e então se chama prova ostensiva.

RAZÃO. Com este termo, hoje geralmente se entende a faculdade cognoscitiva própria do homem e da qual só ele está dotado. Substancialmente, este é o sentido que se dá ao termo também na filosofia escolástica e moderna até Kant. É uma faculdade discursiva, que alcança a verdade não imediatamente, por intuição (como faz o intelecto), mas através de alguma forma de raciocínio. Kant restringe o uso do termo razão (Vernunft) no conhecimento do eterno e do absoluto, mas isto tem resultados extremamente precários à medida que a razão, neste campo, pode apenas dar-se conta de problemas e levantá-los, sem estar em condições de resolvê-los.

REFLEXÃO. Ver AUTOCONSCIÊNCIA.

RELAÇÃO. É conceito fundamental para muitas escolas filosóficas. Na filosofia hegeliana, a relação é a categoria primária, principal: com efeito, para Hegel toda a realidade não é mais do que uma vastíssima trama de relações. Na filosofia aristotélica, é uma das dez categorias, e dentre todas, parece a mais fraca, frágil, pobre, dado que não existe em si mesma e nem pode gloriar-se de uma consistência ontológica análoga a da qualidade, da quantidade ou da ação. Para que possa ter consistência ontológica, a relação exige ao menos duas realidades, porque se trata de uma espécie de ponte que só se mantém quando existem pelo menos dois entes que lhe servem de sustentáculo. Contudo, a relação é um veículo potentíssimo de realidade, sobretudo quando se trata da relação de causalidade, ou seja, da relação entre causa e efeito, porque o efeito enquanto efeito deve toda a sua realidade, todo o seu ser à causa: esta só é causa à medida que está em relação com o efeito, comunicando-lhe algo do próprio ser. Costuma-se distinguir

entre relações reais e lógicas: às primeiras são as que influem no ser dos termos relacionados, as segundas não influem.

RELIGIÃO. Do latim religare = ligar juntamente. É o conjunto dos mitos (relatos, textos sagrados) e dos ritos (orações, ações, sacrifícios) com que o homem exprime e realiza as suas relações com Deus. A religião é a expressão espontânea, natural da condição de finitude e criaturalidade do homem. Desenvolvendo a própria cultura, cada povo cria para si também uma religião (que na maioria dos casos, historicamente, assume um caráter animista, politeísta, mitológico, mágico). Além das religiões "naturais" existem também as religiões "históricas" ou reveladas: o hebraísmo, o cristianismo e o islamismo, às quais talvez se deva acrescentar também o budismo, se é que pode ser considerado uma religião e não uma simples filosofia.

REVOLUÇÃO. Revolução é "o desenvolvimento de novas formas de poder que dividem e enfraquecem a velha ordem e dão lugar ao surgimento da nova, e que, ao mesmo tempo, estão em condições de estabilizar o novo em seu surgimento no meio do velho" (R. Schull). É uma categoria que se aplica a qualquer ordem de coisas, assim pode-se falar de revolução religiosa, filosófica, científica, literária, econômica, política etc. Mais comumente, porém, usa-se para a ordem sociopolítica. De todo modo, a revolução tem sempre um valor instrumental e não absoluto, e é um valor positivo quando está ao serviço da causa do homem (da sociedade, da nação, do povo) e não dos interesses de uma só classe, de um partido, e muito menos de uma só pessoa.

SAGRADO. Em sentido geral e mais próprio, este termo denota uma ordem de coisas separadas, reservada e inviolável, que deve ser objeto de respeito religioso por parte de um grupo de crentes. É correlativo de pro fano. O sagrado é a qualidade específica que caracteriza a dimensão religiosa (3 dimensão religiosa é, por definição, a dimensão do sagrado) como o verdadeiro é a qualidade específica da dimensão gnosiológica, e o bem da dimensão apetitiva. É uma qualidade analógica que tem a Deus como analogado principal (pois ele é o sagrado por excelência), e por analogados secundários todas as coisas ou pessoas que se encontram ou são colocadas em relação com ele: como livros (livros sagrados), atividades (arte sacra, música sacra etc.), pessoas (pessoas consagradas).

SER. Desde sempre, o termo ser é plurissemântico e, segundo os casos, varia de um mínimo de compreensão (quando se limita a significar a presença ou posição de uma coisa, como diz Kant) a uma compreensão ilimitada, que "abraça todas as perfeições", como afirma Tomás de Aquino. Segundo Aristóteles, Tomás e Heidegger, estudar o ser, suas propriedades e suas manifestações é tarefa primária da metafísica.

SÍMBOLO. Do grego symbollo = compor, colocar junto. O termo é usado para significar tudo o que se relaciona intencionalmente com alguma outra coisa, e por isso serve para evocá-la. Em geral, é considerado como sinônimo de sinal; mas alguns autores (p. ex. Tillicli) atribuem ao símbolo uma plenitude semântica mais forte, pois enquanto os sinais podem ser produtos puramente convencionais, isto não acontece no caso dos símbolos na medida que estes comportam uma participação na realidade da coisa de que são símbolos (assim, por exemplo, a água batismal, símbolo da purificação da alma). Na linguagem eclesial, a palavra símbolo foi usada desde as origens para indicar uma fórmula de fé oficial, que serve como carteira de identidade, como senha distintiva antes de tudo de pertencer à Igreja e, em segundo lugar, de ortodoxia (por exemplo, o Símbolo apostólico, o Símbolo constantinopolitano etc.).

SÍNTESE. Em geral, significa composição: o fato de colocar juntos elementos antes separados. Em particular e em sentido técnico, síntese indica aquele processo lógico — típico das ciências experimentais — pelo qual se passa de noções mais simples ou de dados particulares para obter asserções mais complexas e universais.

SOCIEDADE. Qualquer grupo de indivíduos que se reúnem para a consecução de determinados objetivos. Neste sentido, o termo sociedade tem uma extensão vastíssima:

aplica-se à família, à Igreja, ao Estado, aos grupos esportivos, culturais, econômicos etc. O termo designa também um "conjunto de indivíduos cujas relações são consolidadas em instituições e, além disso, geralmente garantidas pela existência de sanções, quer codificadas quer difusas, que fazem o indivíduo sentir a ação e a constrictão da coletividade" (Lalande).

SOCIOLOGIA. Como sugere a própria etimologia do termo, sociologia significa estudo da sociedade; com efeito, é a ciência da "atividade social" e, visto que esta atividade está sempre orientada para sistemas sociais, pode-se também dizer que a sociologia é a ciência dos sistemas ou dos grupos sociais (pequenos e grandes). O termo foi introduzido por Comte, que em seu estudo se propôs fazer para a sociedade o que os cientistas anterior mente haviam realizado para a natureza: elaborar uma ciência da sociedade análoga na sua objetividade e no seu rigor à ciência da natureza.

SUBSTÂNCIA. Em filosofia, este termo tem um significado técnico bem preciso: segundo a clássica definição que Aristóteles deu dele, a substância "é aquilo que é em si e não em outra coisa". Substância é qualquer realidade dotada de um ato próprio de ser e por isso tem sua consistência ontológica. É o contrário de acidente, que não tem ato próprio de ser, mas para existir deve apoiar-se, deve inerir (inesse) à substância de que é fruto mais ou menos adventício (por isso se distingue entre "acidentes próprios" e "acidentes acidentes" ou "acidentes puros"). Na filosofia moderna, a partir de Locke, o termo substância foi esvaziado desta densidade ontológica e reduzido a mero substrato, ininteligível pelo intelecto humano, enquanto este, restrito aos dados da experiência sensitiva, não pode ir além dos fenômenos.

TÉCNICA. É um conjunto de procedimentos bem definidos e transmissíveis destinados a conseguir um resultado útil. Em outras palavras: são os procedimentos e os instrumentos excogitados pelo homem para dominar a natureza e sujeitá-la às próprias necessidades. É um dos componentes fundamentais da cultura juntamente com a linguagem, os costumes e os valores: constitui de certa forma sua exteriorização. A técnica representa o aspecto prático, aplicado da cultura: é a aplicação ao mundo da natureza das aquisições simbólicas. Por isso ciência e técnica caminham lado a lado. À medida que progride o conhecimento teórico das leis da natureza, avança também a capacidade do homem de desfrutar de seus recursos. Assim a história da técnica coincide substancialmente com a história da ciência. Aos conhecimentos pré-científicos correspondem técnicas extremamente elementares de tipo manual e artesanal. Depois, com o surgimento do conhecimento científico inicia-se a invenção de técnicas sempre mais complexas que transformam o homem de homo faber em homo technologicus. Ver também TRABALHO.

TEMPO. Em geral, por tempo entende-se uma duração infinita de momentos, semelhante à extensão espacial, dentro de cuja duração encontramos lugar para todas as durações mais ou menos longas dos anos, das estações, dos meses, dos dias, das horas etc. A reflexão dos filósofos sobre o tempo caminhou lado a lado com as demais reflexões sobre o mesmo tema, e deu lugar substancialmente às mesmas soluções: ultra-realista ou realista (Platão, Newton), conceitualista (Kant) e lógico-realista (Aristóteles). É de Aristóteles a célebre definição: "o tempo é a medida do movimento segundo o antes e o depois".

TEODICÉIA. Termo cunhado por Leibniz e que etimologicamente significa "defesa de Deus" (do grego dyke = defesa e Theos = Deus). Diz-se da parte da filosofia que se ocupa da existência de Deus, da sua natureza e dos seus atributos. Esta se chama também "teologia natural". Em torno da possibilidade desta disciplina os filósofos se dividem em dois grandes grupos: os que atribuem ao conhecimento racional um valor objetivo reconhecem-na como possível (e são quase todos os filósofos antigos, medievais, e modernos até Kant) e os que atribuindo ao conhecer um valor puramente subjetivo a julgam impossível (esta é a tese de muitos filósofos depois de Kant).

TEORIA. Do grego theoria = visão de um espetáculo ou visão intelectual. Na linguagem

filosófica tem duas valências semânticas principais, uma em oposição ao conhecimento vulgar e outra em oposição à prática. No primeiro caso, significa uma concepção metódica organizada sistemática e rigorosamente (e isto vale quer para o campo científico quer para o filosófico); no segundo, teoria significa o que é objeto de um conhecimento desinteressado, independentemente das suas aplicações.

TRABALHO. Por trabalho entende-se qualquer intervenção do homem na natureza tendente a conseguir alguma vantagem econômica. Por isso no trabalho há sempre um pólo subjetivo, o homem, e um pólo objetivo, a natureza. No que diz respeito ao primeiro constata-se, como sublinhou Marx, que o trabalho é propriedade específica do homem. Com o trabalho ele consegue aquilo de que tem necessidade para o alimento, o vestuário, a mora dia, o bem-estar etc. Quanto ao pólo objetivo, a natureza é o vasto reino colocado à disposição e ao serviço do homem para que ali exerça seu trabalho. Com o transcorrer dos séculos, graças a um progresso incessante nas técnicas de trabalho, o domínio do homem sobre a natureza tornou-se sempre mais amplo e seguro. Atualmente, porém, há o perigo, de um lado, de mecanizar de tal modo o trabalho a ponto de obrigar o homem a ficar sem emprego e, de outro, de transformar a exploração da natureza em sabotagem e devastação da mesma. Dessa forma, avilta-se tanto o homem como a natureza e transtorna-se uma das faculdades mais específicas do homem, o trabalho.

TRADIÇÃO. Comumente o termo tradição significa aquilo que numa sociedade pequena ou grande se transmite de maneira viva, tanto por meio da palavra como da escritura e das maneiras de agir. Neste sentido, a tradição representa a própria vida de uma cultura, a sua história. Portanto, não pode haver cultura sem tradição nem tradição sem cultura. O valor de uma tradição deve ser controlado com a balança do valor-homem. Este controle permitirá constatar que, analogamente às culturas, nenhuma tradição é um valor inteiramente positivo sob todos os aspectos e em todas as circunstâncias, porque em nenhuma tradição se realiza plenamente aquele valor ou aqueles valores em que uma cultura pretende especializar-se e muito menos todo o universo dos valores. Por isso nenhuma tradição sob o ponto de vista da razão se apresenta como divina, absoluta, perfeita, sagrada e intocável. Pelo contrário, há culturas e também tradição muito pobres, e às vezes também gravemente defeituosas e erradas. Aquele que as possui tem o direito e o dever de revê-las, criticá-las, corrigi-las e, se necessário, também abandoná-las.

TRANSCENDÊNCIA. Do latim trans-ascendere = subir, atravessar. O conceito de transcendência é tirado da experiência sensível e em tal âmbito denota uma relação especial: de superação, invasão, ultrapassagem etc. Posteriormente, este conceito das coisas materiais foi transferido para aquelas espirituais e abstratas. Assim pôde-se dizer que o mundo do espírito transcende aquele da matéria, o da cultura transcende o da natureza, que Deus transcende o mundo etc. Em termos recentes em filosofia, este termo adquiriu um significado técnico e indica a realidade divina: a Transcendência é Deus. Mas além de seu uso ao se falar de Deus, o termo transcendência é usado hoje também para falar do homem, e é usado sobretudo para indicar a capacidade que o homem tem de superar constantemente a si mesmo em tudo o que faz, que diz, que pensa e que é. A autotranscendência é uma das propriedades específicas do homem e das mais ricas em significado para se compreender o seu ser profundo.

TRANSCENDENTAL. Em filosofia, este termo conhece dois usos principais, o aristotélico-escolástico e o kantiano. Na filosofia aristotélico-escolástica indica as propriedades fundamentais do ser, que segundo alguns autores são três: o uno, o verdadeiro e o bem, segundo outros são quatro (às três anteriores acrescenta-se também o belo). Na filosofia kantiana, transcendental indica as condições a priori do conhecer e o seu estudo (estética transcendental, analítica transcendental e lógica transcendental).

UNIVOCIDADE. É a função semântica própria de um termo que é aplicado a muitos sujeitos sempre com o mesmo significado. Por exemplo, a aplicação do termo "homem" a Pedro, Paulo, João Marcos...

UTOPIA. Do grego ou = não e topos = lugar, e portanto significa uma realidade que não existe em lugar algum. O nome foi introduzido por Tomás Morus no título da sua famosa obra *De óptimo reipublicae statu deque nova insula Utopia*, na qual descreve um povo perfeitamente sábio, forte e feliz graças às instituições de que goza, o qual habita precisamente na ilha da Utopia. Organizações ideais e imaginárias da sociedade humana, a exemplo de Morus, foram excogitadas, por Campanella, Fénelon e, com pretensões mais científicas, por Comte e Marx. Só recentemente se começou a tratar do papel da utopia na dinâmica social e cultural da filosofia. A este propósito, é preciso evitar tanto a posição de rejeição categórica, como se a utopia fosse apenas um fator alienante, quanto a posição de aprovação incondicional, como se a utopia fosse a panaceia de todos os males.

VALOR. "É difícil definir rigorosamente o sentido exato de valor por que, na maioria das vezes, esta palavra exprime um conceito instável, uma passagem do fato ao direito, do desejado ao desejável" (Lalande). Em português, valor possui três significados principais: econômico, ético, ontológico. Em economia significa "dinheiro"; em ética, a virtude com que se enfrentam graves perigos e se realizam grandes empreendimentos; em ontologia, a qualidade pela qual uma coisa possui dignidade e por isso é digna de estima e de respeito. A ciência dos valores — isto é, a axiologia — ocupa-se do conceito de valor entendido segundo o terceiro sentido e procura compreender qual é a sua natureza efetiva, as suas características essenciais, as suas relações com os outros transcendentais do ser e de fixar a ordem e a hierarquia dos valores.

VERDADE. Segundo a definição mais clássica, a verdade é a conformidade da mente, isto é, do conhecimento com a realidade (em latim: *adaequatio rei et intellectus*). Esta se chama também verdade lógica. A ela se contrapõe a verdade ontológica, que é a correspondência das coisas com a mente divina, que as ideou. Não há dúvida de que a verdade é um valor fundamental antes de tudo na ordem noética, porque ela constitui o objetivo principal de tal ordem, mas é valor primário também para outras ordens: pedagógica, epistemológica, ontológica e cultural. Os filósofos se ocuparam da verdade desde sempre quer para definir sua essência, quer para descobrir os caminhos a fim de alcançá-la ou também para determinar os critérios para identificá-la.

VIDA. É a capacidade pela qual um ser é capaz de mover-se a si mesmo. Do ponto de vista da biologia molecular, a vida consiste exclusivamente numa singular e mais complexa estruturação das moléculas do que a estruturação que se encontra na substância inorgânica. Fenomenologicamente, a vida se manifesta como um movimento que, ao contrário do movimento mecânico, é imanente (isto é, vantajoso para o sujeito que o produz) e espontâneo (é produzido diretamente pelo próprio sujeito graças à sua constituição intrínseca). As principais características da vida são: poder de crescer, de responder ao ambiente e de reproduzir-se. Costuma-se distinguir três graus de vida: vegetativa, sensitiva, racional; a primeira é própria das plantas, a segunda dos animais, a terceira do homem.

VIRTUDE. Com este termo geralmente se entende um hábito, isto é, uma disposição firme e constante, para bem agir: é uma inclinação para o bem que se consolidou, tanto é verdade que o virtuoso é levado a agir bem (por exemplo, a ser casto, generoso, corajoso, humilde etc.) com espontaneidade e até com veemência. A virtude é o objeto primário da ética, enquanto esta estuda o fim do homem e os meios para alcançá-lo; a virtude é o principal meio. A virtude pode ser dividida e classificada de várias maneiras. É importante a divisão entre virtudes éticas e virtudes dianoéticas: as primeiras são as disposições a agir bem na ordem moral; as segundas, na ordem especulativa ou intelectual.

VOCAÇÃO. Com este termo geralmente se entende o chamamento que uma pessoa sente dentro de si para desenvolver determinadas atividades e para assumir certo papel na sociedade. Na concepção secularizada da vida, a vocação é simplesmente esta inclinação. Na visão cristã, pelo contrário, a diversidade das aptidões faz parte do plano

providencial que Deus concebeu para cada homem, e a vida não é outra coisa senão a maneira pela qual Deus faz sentir a cada um o chamado à realização do seu plano ou projeto. Tema raramente tratado na história da filosofia, o da vocação adquiriu grande importância especulativa sobretudo por mérito dos personalistas e cios existencialistas cristãos (Marcel).

VONTADE. É o nome que se dá à faculdade que o homem tem de tender para o bem; diz-se também do apetite racional, para distingui-lo do apetite sensitivo que é próprio dos animais. Enquanto o apetite sensitivo é uma tendência instintiva, o racional, ou seja, a inclinação da vontade, é um apetite guiado, calculado, livre. Com efeito, o privilégio da vontade é o de ser livre: isto é, senhora dos próprios atos e por isso também dos objetos para os quais tende com suas decisões. Em filosofia, duas grandes questões foram ventiladas em todos os tempos a propósito da vontade: uma se refere precisamente à liberdade. A questão é saber se, apesar de todos os condicionamentos, a que está sujeita a vontade humana, ela pode ser considerada verdadeiramente livre (é a controvérsia entre os deterministas e os indeterministas). A segunda é se no homem é mais importante o conhecimento ou a vontade (é a controvérsia entre intelectualistas, que atribuem o primado ao conhecimento, e os voluntaristas que, pelo contrário, atribuem o primado à vontade).